



Senadores debatem crise política durante nove horas no Plenário

Sessão de ontem refletiu polarização das ruas, com sucessivos discursos e apartes sobre problemas do governo que envolvem o ex-presidente Lula

Os protestos populares em todo o país, a posse do ex-presidente Lula como ministro-chefe da Casa Civil e o grampo telefônico de conversa dele com a presidente Dilma Rousseff motivaram um intenso e prolongado debate no Plenário do Senado ontem.

Das 11h36 às 20h32, senadores da oposição e da base governista se revezaram em críticas e defesa do governo e das decisões do juiz federal Sergio Moro, que tornou públicas as gravações de telefonemas de Lula feitas pela Operação Lava-Jato.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, o momento pede prudência e equilíbrio. A função de líder do Congresso, segundo ele, exige absoluta isenção. **4 e 5**

O petista Paulo Rocha (D) aponta para senadores de oposição, incluindo Aécio Neves (E), durante o debate em Plenário



Gerardo Magela/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Observado por Moka, o relator, Gurgacz, defende a aprovação do projeto

Comissão aprova permissão de uso de remédio contra câncer

Foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais o projeto que autoriza doentes de câncer a utilizar a fosfo-etanolamina, apesar de o

medicamento ainda não ter obtido a liberação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A proposta agora vai para o Plenário do Senado. **3**

Especialistas propõem articulação para controle ecológico de javalis

Os javalis foram trazidos da Europa ao Brasil para criação comercial. Rapidamente se adaptaram e se dispersaram, gerando riscos à diversidade

biológica e aos humanos, alertaram debatedores. Para eles, o controle da espécie requer medidas articuladas entre sociedade e órgãos públicos. **6**



Ana Amélia preside debate na Comissão de Agricultura sobre criação de javalis

Gerardo Magela/Agência Senado

Ditadura fez vítimas também no campo, aponta relatório **2**

Projeto Jovem Senador dá prêmio a professor do DF **7**

CPI do Futebol vai analisar papéis sigilosos **6**

Presidente do BC falará a senadores na terça-feira **3**

Colegiado acata indicação de três embaixadores

Após sabatina, a Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem as indicações de Oswaldo Biato Júnior para o cargo de embaixador do Brasil na Ucrânia, de Fernando Jacques de Magalhães Pimenta para a embaixada na Costa Rica e de Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura para a da Croácia. Agora os nomes serão avaliados pelo Plenário. **7**

Novo Código de Processo Civil entra em vigor para agilizar a Justiça

O período processual no Brasil leva, em média, de dois a oito anos. Em questões mais complexas, mais de dez. As mudanças trazidas pelo novo Código de Processo Civil, que entra hoje em vigor, devem agilizar as decisões. O tempo

pode ser reduzido à metade, prevê o ministro do STF Luiz Fux, que coordenou comissão criada pelo Senado para propor a atualização. Justiça será mais célere, com ganhos para o cidadão, avalia o presidente da Casa, Renan Calheiros. **8**

O então presidente do Senado, José Sarney (E), recebe em 2010 anteprojeto elaborado por comissão de juristas coordenada por Luiz Fux



Jonas Pereira/Agência Senado - 8/6/2010

Genardo Magalhães/Agência Senado



O senador João Capiberibe mostra o livro sobre a violação de direitos humanos na zona rural durante ditadura militar

Relatório aponta que ditadura vitimou 1,2 mil camponeses

Trabalho da Comissão Camponesa da Verdade, que complementa levantamento da Comissão Nacional da Verdade, foi lançado ontem no Senado. Participantes disseram que violência no campo permanece

O RELATÓRIO FINAL da Comissão Camponesa da Verdade, lançado ontem em forma de livro, mostra que 1.196 camponeses desapareceram ou foram mortos durante a ditadura militar (1964-1985).

O lançamento do livro sobre as brutalidades que as pessoas do campo sofreram ocorreu na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O relatório da Comissão Camponesa da Verdade, que é composta por movimentos sociais, pesquisadores e organizações ligadas à terra, complementa o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, divulgado em 2014.

Para o vice-presidente da CDH, João Capiberibe (PSB-AP), o poder público tem sempre atuado para reprimir movimentos de contestação da desigualdade social. Segundo o senador, isso se reflete nos diversos casos de tortura e repressão policial que atingem camponeses e líderes indígenas, especialmente desde a ditadura militar, como é descrito no relatório.

— Vivemos num país em que quem mata índios, sem-terra ou posseiros é protegido pela polícia e pelo Judiciário.

O regime militar terminou, mas isso continua — disse o senador.

A representante da Via Campesina na reunião da CDH, Rosângela Piovizani, apresentou dados oficiais que demonstram a persistência da violência no campo: no ano passado, 50 líderes camponeses foram assassinados.

Ela pediu à CDH providências contra o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que durante uma manifestação contra o governo no domingo, em Brasília, conclamou os fazendeiros a “pegar em armas e matar sem-terra”.

— Uma apologia ao crime em plena Esplanada dos Ministérios. Essa criatura tem que ser notificada e perder o mandato. Esta Casa [Senado] não vai fazer nada? — indagou.

A Via Campesina foi uma das entidades que ajudaram a elaborar o relatório.

Rosângela afirmou que os milhares de casos de violações dos direitos humanos cometidos durante o regime militar refletem uma realidade “muito mais cruel do que a registrada, pois muitos crimes nunca foram notificados”.

Também participaram da reunião representantes da Comissão Pastoral da Terra e de universidades, que concordaram com a interpretação de que a violência no campo tem a ver com visões conservadoras do Poder Judiciário e dos latifundiários.

Crise política

No fim da reunião, Capiberibe comentou a crise política. Ele fez questão de reiterar ser “distante dos dois polos que disputam o poder”.

— É um país em que um presidente da Câmara, réu em processos criminais, conduz um processo de impeachment contra uma presidente da República até agora sem nenhuma acusação de crime.

O senador disse que a demora para encontrar uma saída para a crise é fruto das investigações, que, no seu entender, deixam claro que “as maiores forças políticas estão comprometidas com o patrimonialismo”.

— Numa hora destas, não vejo saída a não ser buscar um diálogo de maneira civilizada.

Leia mais sobre a crise nas pág. 4 e 5

Senado homenageará Ordem DeMolay

O Senado fará uma sessão especial na segunda-feira, às 11h, para comemorar o Dia Nacional do DeMolay (celebrado no dia 18 de março).

Dirigida por maçons, a Ordem DeMolay é a maior organização juvenil do mundo e tem objetivos filosóficos e filantrópicos.

A entidade está presente em 13 países. Somente seis paí-

ses contam com o Conselho Supremo da Ordem DeMolay. Um deles é o Brasil, onde o Conselho Supremo existe há 12 anos.

A entidade foi fundada em 18 de março de 1919, nos Estados Unidos. Sua proposta principal é transformar jovens de 12 a 21 anos de idade em bons cidadãos e líderes da sociedade.

De acordo com o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), um dos autores do pedido de realização da sessão especial, o objetivo da Ordem DeMolay é criar pessoas que respeitam as leis, convivem em harmonia com a sociedade, ajudam o próximo em suas necessidades básicas e servem de modelo a ser seguido por outros jovens.

Para Hélio José, governo do DF é omissivo em relação a enchentes

Hélio José (PMDB-DF) reclamou ontem, no Plenário do Senado, da omissão das autoridades públicas, que não conseguem



Jefferson Rudy/Agência Senado

resolver o problema das constantes inundações nas ruas da capital federal e de outras cidades do Distrito Federal provocadas pelas fortes chuvas, comuns nesta época do ano.

De acordo com o senador, esse tipo de problema é previsível, uma vez que as chuvas na Região Centro-Oeste ocorrem em épocas bem definidas.

Isso, na teoria, continuou o senador, pode facilitar me-

didias de prevenção. — Em 2015, dos cerca de R\$ 13 milhões previstos para a reestruturação do sistema de drenagem pluvial e obras complementares no Plano Piloto e em Taguatinga, nada foi empenhado, nenhum centavo, segundo dados disponíveis no portal de transparência do governo do Distrito Federal — criticou o parlamentar.

O senador acrescentou que “é uma vergonha que um governo tenha os dados e tenha o dinheiro, porém nada faça para melhorar a nossa vida aqui no Distrito Federal”.

Rádio Senado usa cordel para explicar Código de Processo Civil

O novo Código de Processo Civil (CPC), que entra em vigor hoje, é o tema deste final de semana do programa *Reportagem Especial*, da Rádio Senado. A emissora leva ao ar hoje, com reprises amanhã e no domingo, a reportagem “O novo Código de Processo Civil explicado em cordel”.

Como o nome da reportagem indica, algumas mudanças nas regras para análise de processos na Justiça são destacadas por meio do gênero popular escrito em forma rimada — em estrofes de seis versos, as sextilhas.

A reportagem começa da seguinte maneira: “Um texto novo em folha / foi aprovado no Senado. / Era 2014, / o ano retrasado. / Passou antes na Câmara, / a casa do deputado”.

O texto que deu origem ao

novo Código de Processo Civil começou a ser discutido no Senado em 2010, por iniciativa do então presidente da Casa, José Sarney.

O novo CPC substitui o código anterior, de 1973. A intenção é acelerar o andamento dos processos com a eliminação de parte dos recursos, a redução do número de ações por meio do julgamento único de demandas com teor semelhante e o incentivo à conciliação e à mediação.

Leia mais sobre o tema na página 8

REPORTAGEM ESPECIAL
Rádio Senado:
 • hoje: às 18h
 • amanhã: às 10h
 • domingo: às 17h
Internet:
 • <http://bit.ly/ReportagemEspecial>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto sobre droga anticâncer vai a Plenário

Emenda de Humberto Costa, sobre a suspensão da substância caso se comprove efeito negativo, foi rejeitada pela comissão. Anvisa é contra a liberação antes de estudos

A PERMISSÃO PARA que pacientes com câncer usem a fosfoetanolamina sintética antes do registro pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em reunião extraordinária. O projeto que permite o uso do medicamento ainda em fase de testes (PLC 3/2016) segue agora para a análise do Plenário, em regime de urgência.

O relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), leu na quarta-feira seu voto favorável à proposta, mas o texto não foi votado devido a pedido de vista apresentado por Humberto Costa (PT-PE). O presidente da comissão, Edison Lobão (PMDB-MA), concedeu prazo de 24 horas.

Humberto anunciou a apresentação de voto em separado. No entanto, preferiu apresentar uma emenda, rejeitada pela comissão, que assegurava a suspensão da produção do medicamento caso os estudos comprovassem toxicidade ou efeitos colaterais negativos. A aprovação da emenda poderia levar o projeto de volta à análise da Câmara. O senador disse ter preocupação com o precedente que o Congresso poderia abrir, autorizando o uso de um medicamento ainda não liberado pela Anvisa.

— No momento em que o Congresso dá autorização para que um medicamento seja produzido e consumido,



Edison Lobão (E) e Humberto Costa (D), com Acir Gurgacz e Flexa Ribeiro, aprovam na Comissão de Assuntos Sociais requerimento de urgência para votação em Plenário

estamos abrindo precedentes para que essas multinacionais venham aqui cobrar a mesma coisa [para outros medicamentos] — argumentou.

Humberto disse temer a falta de testes para saber, por exemplo, qual a dose adequada para cada caso, já que há diferentes tipos de câncer e que uma mesma substância pode curar ou matar, dependendo da dose.

Para Gurgacz, contudo, o projeto já deixa explícito que o uso do medicamento será em caráter excepcional, enquanto durem os estudos. Ele afirmou que, embora ainda não oficialmente, as pesquisas já comprovaram que a fosfoetanolamina

não é tóxica.

— Como bem disse o senador Humberto, a fase 1 da pesquisa será concluída no dia 29. Mas já sabemos que não há toxicidade.

Waldemir Moka (PMDB-MS) lembrou que, em audiência pública sobre o tema, especialistas muito qualificados disseram que, como o medicamento é utilizado há muito tempo, efeitos colaterais já teriam se manifestado.

Utilização

A fosfoetanolamina imita um composto existente no organismo que identifica as células cancerosas, permitindo que o sistema imunológico as

reconheça e as remova. Pesquisas sobre o medicamento vêm sendo feitas pelo Instituto de Química de São Carlos, da Universidade de São Paulo (USP), há cerca de 20 anos. O órgão fazia sua distribuição de forma gratuita.

Em 2014, a droga parou de ser entregue, depois que uma portaria determinou que substâncias experimentais deveriam ter todos os registros antes de serem liberadas à população. Sem a licença, pacientes passaram a conseguir a liberação somente na Justiça, por meio de liminares.

Em nota, a Anvisa informou não ter recebido nenhum

pedido para realização de ensaios clínicos ou solicitação de registro dessa substância e manifestou preocupação com o uso de medicamentos sem a devida autorização.

Consentimento

O texto do projeto aprovado determina que, para ter acesso ao medicamento, os pacientes diagnosticados com câncer precisarão assinar termo de consentimento e responsabilidade, antes do registro pela Anvisa. A opção pelo uso voluntário da fosfoetanolamina sintética não exclui o direito de acesso a outras modalidades terapêuticas.

Comissão discutirá política previdenciária em 2016

A avaliação da política previdenciária e a apuração sobre superavit ou deficit na Previdência Social serão prioridades da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 2016. Requerimentos de Ana Amélia (PP-RS) e Paulo Paim (PT-RS), propondo a análise dos temas, foram aprovados ontem.

Conforme norma regimental, as comissões permanentes do Senado devem eleger políticas públicas implementadas

pelo Executivo para serem avaliadas ao longo do ano. Ana Amélia e Paim serão os relatores dos temas priorizados na CAS e, até dezembro, deverão apresentar suas conclusões aos integrantes da comissão.

Os senadores submeterão ao colegiado seus planos de trabalho, que deverão incluir pedido de informações aos órgãos responsáveis pela política e a realização de audiências públicas com gestores e especialistas.



Paulo Paim será responsável por relatório sobre o tema, junto com Ana Amélia

Presidente do Banco Central participa de audiência

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, vai prestar contas sobre a execução da política monetária brasileira e traçar perspectivas sobre o tema na terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O anúncio foi feito pela presidente da CAE, Gleisi Hoffmann (PT-PR). A audiência com a autoridade monetária é prevista no Regimento Interno do Senado para ocorrer trimestralmente. Essa será a primeira deste ano.

Na reunião da terça-feira passada, foram apresentados ainda requerimentos para realização de duas audiências públicas. Uma delas para é para tratar do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Pró-Cultura).

Bagagem

A segunda deve discutir as propostas de mudanças de regras no setor aéreo apresentadas recentemente



Alexandre Tombini prestará contas aos senadores na terça-feira

pela Agência de Aviação Civil (Anac).

Uma das sugestões da Anac altera a norma sobre a franquia de bagagem. A agência reguladora defende aumento do limite de bagagem de mão dos atuais 5 quilos para 10 quilos. Em contrapartida, as empresas ficariam livres para cobrar por qualquer mala despachada.

Hoje a franquia obrigatória é de uma mala de 23 quilos (nacional) e 2 malas de 32 quilos (internacional).

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o assunto precisa ser debatido pela Anac no Congresso. O senador lamentou os altos preços das passagens nos voos regionais. — É mais barato ir de Fortaleza a Madri do que fazer viagens pelo Brasil. O sujeito já paga caro pelo assento. Agora vai pagar a mais pela bagagem? — questionou.

Raimundo Lira (PMDB-PB), por sua vez, discordou do prazo de 30 dias de consulta pública sobre o tema estabelecido pela agência reguladora.

Além disso, argumentou, as propostas foram apresentadas quando a diretoria da entidade estava incompleta e com o presidente em fim de mandato.

Gleisi disse que pretende agendar as duas audiências o mais rápido possível.



Manifestações e crise política repercutem no Plenário

Nomeação de Lula para a Casa Civil e grampo telefônico de conversa entre o ex-presidente e Dilma foram os assuntos mais comentados em pronunciamentos ontem e geraram polêmicas

MESMO SEM VOTAÇÕES, o Plenário foi disputado ontem pelos senadores, que avaliaram a crise política, as manifestações populares, a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ministro-chefe da Casa Civil e o caso do grampo telefônico envolvendo a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente. Senadores da oposição e da base governista se revezaram em críticas e defesa do governo. Zeze Perrella (PDT-MG) [foto 1] lembrou que em 2014 gra-

vações telefônicas feitas pela Polícia Federal ajudaram a comprovar que ele e o filho não tinham envolvimento com o uso de um helicóptero da família no transporte de 450 quilos de cocaína. Na opinião do senador, o resultado das gravações deve ser diferente para o ex-presidente. — Amigos do Lula estão presos, na cadeia, e o resto está para ir. Podem esperar — disse Perrella. O líder do PT, Paulo Rocha (PA) [2], respondeu que o que está em jogo é a disputa de poder.

— O Lula não é bandido, não é salafário. Lula é uma liderança política, democrática, que foi construída na luta, nas ruas e que adquiriu o respeito na democracia. Foi preso, inclusive, pela ditadura militar — afirmou. O presidente do PSDB, Aécio Neves (MG) [3], assegurou haver na sociedade a compreensão de que o governo federal chegou ao fim. O senador defendeu que todas as denúncias sejam investigadas em profundidade. — Não há, para os homens de

base, nada mais relevante do que a verdade, e é isso que estamos buscando. Não acredito que serão apenas essas as citações a nomes da oposição e ao meu próprio [as citações feitas na delação do senador Delcídio do Amaral (PT-MS)]. Muitas outras virão, e todas serão respondidas de forma cabal, clara, com serenidade, mas com absoluta firmeza. Para Alvaro Dias (PV-PR) [4], “o país vive a situação inusitada de um ex-presidente virar ministro para conquistar foro privilegiado”.

— O áudio que se revelou ao país demonstra a configuração clara de uma estratégia da espartezza política, com o objetivo de proteger o ex-presidente Lula em razão da severidade, do rigor e da competência com que tem atuado o juiz Sergio Moro, do Paraná — opinou. Sergio Moro atua na Operação Lava-Jato. É juiz de primeira instância e, com foro privilegiado, um ministro só pode ser julgado na instância superior, o Supremo Tribunal Federal (STF).

Legitimidade da divulgação de grampo divide opiniões dos senadores

O líder do governo no Senado, Humberto Costa (PT-PE) [5], alertou para o risco à democracia e à Constituição. Ele criticou a decisão do juiz Sergio Moro de ter divulgado o grampo eletrônico da conversa entre a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula. Para Humberto, a conversa deveria ter sido encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF). — O que está em jogo é a nossa Constituição; o que está em risco é a nossa democracia. E este Congresso Nacional, como Poder, que tem a maior responsabilidade na promoção e na preservação desta democracia, não pode ficar calado — declarou. Ao replicar o líder do governo, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) [6]

disse que o ex-presidente Lula quer dividir o Brasil ao estimular a luta de classe. — Quem disse que o STF estava acovardado, quem disse que o STF [Superior Tribunal de Justiça] estava acovardado, quem disse que o Legislativo estava acovardado? Foi o ex-presidente Lula. É ele que quer colocar os Poderes de forma a julgar como ele quer. A preocupação externada pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ) [7] foi com o crescimento e o fortalecimento do que ele considera a extrema direita. Ele ressaltou que na última manifestação de São Paulo 16% dos manifestantes disseram que votariam no deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ).

— Hoje quem está chamando para as ruas, centralmente, são grupos de extrema direita. É claro que há uma aderência de uma parcela grande da população. Em especial a esse cerco no Palácio do Planalto, que eles estão tramando desde a semana passada. A inspiração é Mussolini — alertou Lindbergh. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) [8] destacou que “não há nada nas gravações que indiquem crimes cometidos por Lula”. — Se o ex-presidente Lula tivesse falado com alguém, tramando alguma coisa para obstruir a Justiça, para parar a Lava-Jato, qualquer ilegalidade, a uma hora desta ele já estaria na cadeia, que era tudo o que o

que coordena a Operação Lava-Jato queria. Ele já estaria na cadeia, mas não está — afirmou. O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO) [9], disse que, diferentemente do que pensam alguns, os parlamentares não estão acovardados. Muito pelo contrário, de acordo com ele, Caiado garantiu ainda que, ao divulgar o teor dos grampos telefônicos, o juiz Sergio Moro não infringiu leis. — Todos os juízes federais do Brasil estão na praça pública agora, nas ruas, mostrando que a decisão do juiz Sergio Moro é, sem dúvida nenhuma, acobertada por decisões do Supremo Tribunal Federal. Não adianta querer agora alegar uma tese,

que é usar a democracia e o Estado democrático de direito, para abafar o crime praticado pela presidente da República — acredita o líder do DEM. Gleisi Hoffmann (PT-PR) [10] lamentou “a tentativa da oposição de dar legalidade aos grampos”. Ela também foi crítica aos que dizem que Lula não teria condições de ser presidente da República porque não sabe falar corretamente ou porque diz palavrões. — Lula fala a voz do povo, por isso conseguiu entender este país e dar dignidade para a maioria do povo brasileiro. Ele conseguiu tirar gente da miséria, conseguiu colocar o filho do pobre na universidade — declarou.

Base governista vê risco à democracia, e oposição nega estar instigando sociedade

Durante as discussões, o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB) [11], explicou o que considera a causa da crise política: — Ninguém aguenta mais ver tantos desmandos, tantos erros, tantos equívocos, de forma sucessiva, reiterada, repetida. Ninguém suporta mais a falta de autocrítica do governo, que não tem a humildade de reconhecer os graves erros praticados. José Agripino (DEM-RN) [12] rebateu as críticas de que a oposição estaria insuflando a sociedade a ir às ruas protestar contra o governo federal. — As pessoas têm vontade própria, vão para a rua motivadas por fatos. E os fatos estão indignando o país. Por que nesta semana houve tanto assombro? É preciso humildade diante dos fatos. Também para Tasso Jereissati (PSDB-CE) [13], as oposições têm muito pouco a ver com as manifestações: — Fomos totalmente surpreendidos pelas delações premiadas, pelas acusações e pelas prisões que vieram da Lava-Jato. Quisera que o nosso líder, Aécio Neves, tivesse o poder de convocar às ruas.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) [15] disse que não vê nenhum risco à democracia, que, para ele, demonstra bastante vitalidade. — Quem vai mal é o governo da presidente Dilma, pelos seus equívocos, pelos seus atos, por tudo que exerceu, ao longo destes anos, de delinquência, de apropriação do Estado brasileiro. Magno Malta (PR-ES) [16] disse que o ex-presidente Lula “perdeu o espírito de pobre”, por isso passa por dificuldades. — Ele tentou entrar numa camada social que não era a dele e abriu portas para os filhos ficarem milionários. O povo está nas ruas hoje não por odiar Lula. As pessoas estão nas ruas porque estão decepcionadas. Ficaram envergonhadas porque depositaram muita esperança nele.

hoje serve para amanhã, para depois e para depois, para todos os governos que virão — declarou. **Inclusão social** Vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC) [19] cobrou da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que averiguem o procedimento da investigação feita contra o ex-presidente Lula. — Neste momento gravíssimo, há risco de ruptura do Estado democrático de direito, há risco de enfrentamento nas ruas de brasileiros contra brasileiros, o que seria o pior dos mundos, depois de um período tão bom que a gente viveu, de crescimento econômico, de inclusão social — disse Viana. A crítica à arrogância de uma “certa elite” foi feita por Regina Sousa (PT-PI) [20]. De acordo com a senadora, essa arrogância é afirmar que o Brasil está dividido. — O pessoal que se beneficia das cotas sabe que tem um lado que não gosta de cotas e que essas cotas vão correr risco. O pessoal do Bolsa Família vai saber que, na hora de cortar o Orçamento, o primeiro corte proposto será no Bolsa-Família e por aí vai — afirmou. Fátima Bezerra (PT-RN) [21] disse que o PT “vai resistir aos ataques de que vem sendo vítima, assim como resistiu a todos os demais ataques que sofreu desde a sua criação”. A senadora conclamou os brasileiros a ocupar hoje as ruas “como prova de amor ao país e de defesa da democracia”. Ela disse serem inegáveis as conquistas dos governos do PT.

Erros

Cristovam Buarque (PPS-DF) [17] avaliou que o governo Dilma cometeu uma série de erros que levaram à crise econômica. Um deles foi a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil. — Ela ignorou a vontade do povo na rua contra o ex-presidente Lula. Independentemente de se dizer se a Justiça está certa, se a presidente é ou não conivente com tudo aquilo que é suspeito. Independentemente se é verdade ou não, o povo o tomou como o grande símbolo das coisas erradas. Hélio José (PMDB-DF) [18] cobrou da Justiça o mesmo tratamento a todos os cidadãos. Para ele, o que vale para um tem que ter o mesmo peso para o outro. — A gente precisa ter o cuidado aqui para não rasgar a Constituição, porque esta Constituição de

Serenidade

José Serra (PSDB-SP) [14] elogiou a serenidade do Senado diante da turbulência política e ressaltou o papel do mau desempenho da economia no cenário de crise. — Estamos diante da pior crise que o Brasil contemporâneo já teve. A crise que o Brasil está vivendo, com a produção e o emprego caindo sem parar, se dá em um contexto de relativa tranquilidade da economia mundial.

Renan Calheiros diz que é momento de ter prudência e equilíbrio

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que é preciso aguardar com prudência e equilíbrio os desdobramentos de um eventual processo de impeachment contra Dilma Rousseff. — Primeiro ele [o processo] vai tramitar na Câmara dos Deputados e, se aprovado lá, virá para o Senado. Não convém que façamos comentários agora — ponderou. Renan afirmou que prefere não acreditar nas declarações do ex-presidente Lula, que em conversa com Dilma Rousseff, gramepada pela Polícia Federal, disse que as cúpulas do Poder Legislativo estão “acovardadas”. De acordo com o presidente, qualquer comentário que colabore com o enfraquecimento das instituições e dos Poderes não fará bem à democracia. — Se os comentários vazados pelos grampos parecerem ofensivos às instituições, eles não estarão colaborando com a democracia. Qualquer comentário que desmereça as instituições não é bom para democracia — destacou. Indagado sobre o não comparecimento na posse de Lula como ministro da Casa Civil, Renan destacou que o comportamento dele como presidente do Congresso tem sido institucional e que agora, mais do que nunca, o papel precisa ser de absoluta isenção. — Não tenho ido a posses. Como presidente do Congresso, minha função é institucional. Nada que possa derivar para uma participação política ou partidária merece ter o meu prestígio — justificou.



Renan disse que o papel de presidente do Congresso pede “absoluta isenção”

Medida provisória cria novo ministério para assessorar Presidência da República

Medida provisória que cria o cargo de ministro-chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República foi enviada ontem pelo governo ao Congresso. O novo cargo substitui o de chefe do Gabinete Pessoal da Presidência, que existia sem status de ministro. A MP 717/2016 chegou no mesmo dia da posse de Jaques Wagner como o primeiro ocupante do novo cargo. Wagner era ministro da Casa Civil, cargo no qual foi substituído pelo ex-presidente Lula. A medida também cria a estrutura do gabinete com uma secretaria-executiva. A nova estrutura implicará extinção de cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS), sendo dois DAS-5 e um DAS-4. Competem ao ministro-chefe do Gabinete Pessoal as atividades de assessoramento na elaboração e coordenação da agenda presidencial, de preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos do presidente e de organização do acervo documental privado da Presidência, entre outras. Essas atribuições foram conferidas ao Gabinete Pessoal pela MP 696/2015, que alterou a estrutura do governo para reduzir as despesas públicas. Essa medida, conhecida como MP da Reforma Administrativa, foi aprovada na Câmara dos Deputados e está em discussão no Senado. A MP 717/2016 será analisada em uma comissão mista. Depois segue para votação nos Plenários da Câmara e Senado. (Da Agência Câmara)



País deve fazer controle de javalis, aponta debate

Opinião foi dada por especialistas durante audiência na Comissão de Agricultura que discutiu os riscos que o animal oferece à diversidade biológica e à saúde humana

ESPÉCIE EXÓTICA INTRODUZIDA no país para criação comercial, o javali se dispersou de forma rápida e hoje ameaça a diversidade biológica, destrói plantações e oferece riscos à saúde humana, alertaram especialistas em debate ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O controle dos animais, disseram, requer a adoção de medidas articuladas entre sociedade e órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

O javali é original da Europa, mas tem grande capacidade de adaptação a diferentes ecossistemas e alto potencial reprodutivo, como explicou Rafael Salerno, coordenador da Rede Aqui Tem Javali. Como exemplificou, em 1991 foi registrada a presença de javalis selvagens em um município do Rio Grande do Sul e hoje, 25 anos depois, os animais estão em todo o estado.

Ugo Eichler Vercillo, do Ministério do Meio Ambiente, explicou que o javali compete com espécies nativas, como queixada e caítiu; altera nascentes e pequenos cursos de

água; e é predador de anfíbios, répteis e pequenos mamíferos. Além dos impactos econômicos, pela destruição de lavouras, frisou, os animais atacam trabalhadores e transmitem doenças ao ser humano.

Atualmente, o javali selvagem está disseminado em 15 estados e o controle é feito por armadilhas e pela caça autorizada por instrução normativa do Ibama. A permissão se deve à “declarada nocividade da espécie exótica invasora”, disse João Riograndense, coordenador de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros do Ibama.

— Esse problema é de toda a sociedade brasileira. Precisamos conscientizar nossa população de que o Ibama autoriza [a caça] porque esse animal causa sérios prejuízos à saúde pública, ao ambiente e à economia — afirmou.

Para a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), a situação é grave e exige a mobilização de todos, como ocorre hoje no combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Como ressaltou, é preciso esclarecer a população



Para Ana Amélia, que presidiu a audiência, é preciso esclarecer sobre os problemas da disseminação do animal

sobre os riscos da disseminação do javali, de forma a reduzir as críticas por parte de grupos de defesa de animais.

— As ONGs protetoras dos animais são muito ativas, enquanto as pessoas que são vítimas dessa espécie exótica invasora não estão tendo a capacidade de usar igualmente os meios de comunicação e

as redes sociais para mostrar a foto do estrago ambiental, a foto do estrago de sua lavoura, a foto de uma pessoa ferida ou morta por um animal desses. É preciso vencer também a guerra da comunicação nesse processo — disse.

Waldemir Moka (PMDB-MS), Blairo Maggi (PR-MT) e Wellington Fagundes (PR-

MT) relataram prejuízos em propriedades rurais de seus estados e apontaram a falta de predadores naturais como uma das dificuldades para o controle dos javalis. Eles também ressaltaram a importância da articulação de ações de órgãos federais com as secretarias estaduais e municipais de Agricultura.

CPI do Futebol faz reunião fechada na terça-feira

A CPI do Futebol fará terça-feira, às 14h45, uma sessão fechada para que os membros tomem conhecimento de documentos sigilosos que foram recebidos. Pela natureza da reunião, não é possível saber o teor do material.

A sessão não será transmitida e nem poderá ser acompanhada pelo público. Apenas os parlamentares serão admitidos na comissão.

A CPI tem obtido quebras de sigilos telefônicos, bancários e fiscais de diversos dirigentes

da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e de pessoas físicas e jurídicas que mantêm relações com a entidade. A CPI investiga negócios da CBF nas três últimas gestões e do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014.



Bauer, Romário e Jucá ouviram Del Nero (E), presidente licenciado da CBF, em dezembro de 2015: CPI apura irregularidades

Comissão debate o Dia da Luta contra a Discriminação Racial

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove audiência pública interativa na segunda-feira, a partir das 9h, para debater o Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial, comemorado na mesma data. A iniciativa da reunião é do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados para participar do debate a secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Luciana de Souza Ramos; a presidente da Fundação Cultural Palmares, Cida Abreu; o advogado

e integrante do Grupo de Trabalho Jurídico Nacional da Casa de Oxumarê Melillo Dinis; e o presidente do Movimento do Orgulho Afrodescendente (MOA), Thiago Oliveira.

Também devem participar dos debates o presidente da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno, Rafael Moreira; a representante do Movimento Negro Unificado (MNU), Aline Costa; e a coordenadora de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, Janaina Bittencourt.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Brasil poderá produzir insulina com a Ucrânia

Negociação com empresa ucraniana foi informada ontem pelo indicado a embaixador no país. Ele e os indicados para a Costa Rica e para a Croácia foram aprovados em comissão

O BRASIL PODERÁ produzir insulina com tecnologia da Ucrânia, disse ontem o diplomata Oswaldo Biato Júnior, em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE). A indicação dele para o cargo de embaixador na Ucrânia foi aprovada pela comissão, assim como a de Fernando Jacques de Magalhães Pimenta para a Costa Rica e a de Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura para a Croácia. As indicações agora vão para o Plenário.

— Está em negociação uma joint venture entre uma empresa ucraniana de produção de insulina e o Farmanguinhos [laboratório farmacêutico da Fundação Oswaldo Cruz] para a criação de uma fábrica no Brasil, com grande economia para o erário público — relatou Biato, lembrando que o Brasil ainda é importador de insulina.

Segundo o embaixador, cuja nomeação teve como relator o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), a cooperação na área de saúde deverá ser um dos novos focos do relacionamento bilateral, depois que o governo brasileiro optou por romper o acordo de cooperação espacial que tinha com a Ucrânia — e que não chegou a permitir, como previsto, o lançamento de foguetes ucranianos da base espacial de Alcântara, no Maranhão.

Prejuízo

Ao comentar o acordo espacial, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) lamentou que o Brasil tenha tido prejuízo de “centenas de milhões de dólares” sem nenhum resultado para o país.

A senadora Ana Amélia (PPRS) observou que o governo

brasileiro ficou “em cima do muro” no momento da invasão da Crimeia, até então território da Ucrânia, por forças russas, em 2014.

Na reunião, Anastasia, Ana Amélia e Cristovam elogiaram a Costa Rica, país para o qual foi designado Pimenta. Os senadores ressaltaram a tradição pacifista do país, assim como seu desenvolvimento educacional, a solidez de sua democracia e o crescimento econômico.

Na exposição aos senadores, Pimenta — cuja indicação também teve Cristovam como relator — defendeu uma maior presença de empresas brasileiras na Costa Rica, que tem demonstrado interesse em desenvolver setores como biocombustíveis e agroindústria. Ele disse que nos últimos anos a Costa Rica se transformou em

exportador de produtos industriais de alto valor agregado.

O embaixador designado para a Croácia ressaltou a necessidade de o Brasil também aumentar o valor agregado das exportações para o país, atualmente compostas por produtos como soja, carne e açúcar. Para isso, informou Fontoura, deve ser criada uma seção comercial na embaixada

brasileira em Zagreb.

Para Fontoura, cuja indicação teve Anastasia como relator, é preciso firmar com a Croácia acordos de cooperação em áreas como educação, saúde e previdência. O governo croata, disse, é um dos defensores do rápido início das negociações para a celebração de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia.



Valdir Raupp (2ª à dir.) coordena sabatina com os diplomatas Biato, Pimenta e Fontoura: indicações vão para o Plenário

Foto: Agência Senado

Ucrânia

- » Área: 603.550 km²
- » Capital: Kiev
- » População: 42,65 milhões
- » PIB per capita: US\$ 2.199
- » Exportações brasileiras: US\$ 85 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 63 milhões

Costa Rica

- » Área: 51.100 km²
- » Capital: San José
- » População: 4,9 milhões
- » PIB per capita: US\$ 11.219
- » Exportações brasileiras: US\$ 248,6 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 278,6 milhões

Croácia

- » Área: 56.594 km²
- » Capital: Zagreb
- » População: 4,24 milhões
- » PIB per capita: US\$ 11.813
- » Exportações brasileiras: US\$ 61,5 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 20,6 milhões

Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Professor do DF recebe prêmio por atuação no Jovem Senador

O professor Rogério da Silva Pacheco, do Colégio Militar Dom Pedro II, de Brasília, recebeu na segunda-feira seu prêmio — um tablet — por ter participado do Projeto Jovem Senador, do Senado.

Ele foi o orientador do estudante Victor Henrique Taquary, vencedor do Distrito Federal do concurso de redação que seleciona os participantes do projeto. O tema da redação foi “Participação política: no Parlamento, nas ruas e nas redes sociais”.

O título da redação de Victor Henrique, que ingressou neste ano no curso de direito da Universidade de Brasília (UnB), foi “Os caminhos da participação política”. Ele fez parte do grupo de 27 estudantes que participaram em 2015 do Projeto Jovem Senador, que anualmente seleciona, por meio do concurso de redação, um aluno de cada estado e do Distrito Federal que esteja cursando o ensino médio em escola pública e que tenha no máximo 19 anos. Durante uma semana, os estudantes conhecem o

funcionamento do Senado, apresentando e discutindo projetos nas comissões e no Plenário. Todos os professores que orientam os estudantes e os acompanham na viagem a Brasília são premiados com um tablet pela participação.

Professor do Colégio Militar Dom Pedro II, Pacheco participou no ano passado pela primeira vez do Jovem Senador e conseguiu que o aluno

orientado por ele vencesse o concurso. Com mais de cinco anos de magistério, é titular da disciplina de redação e procura estimular os alunos a participar de iniciativas voltadas para a produção de estilos diferenciados de textos, inclusive jornalísticos. Anualmente, ele organiza com outros professores da escola um projeto interdisciplinar para analisar a participação

dos estudantes nos diversos concursos de redação do país.

— Temos uma seção de projetos e ali avaliamos os temas, quais turmas podem participar. Estamos sempre atentos às novas experiências que podem melhorar a formação dos alunos — ressaltou.

Motivação

Com a seleção de Victor Henrique em 2015, os 700 alunos do ensino médio do colégio ficaram empolgados, segundo o professor, e os preparativos para o Jovem Senador deste ano já começaram. Pacheco relata que o projeto desperta para a discussão de conteúdos relacionados à participação cidadã dos jovens.

— Gostamos de trabalhar com textos do convívio social do aluno, que ele possa publicar, distribuir, usar em casa, em sua comunidade, na escola. É preciso que o estudante veja a aplicação real do texto que está produzindo, porque isso faz com que ele trabalhe melhor o conteúdo, pesquise e adquira maior competência

para redigir — disse.

Ele ressaltou que a qualidade do texto também é importante: a redação deve ser interessante e agradável de ler.

— É preciso pensar no leitor — disse.

Para o professor, uma das maiores qualidades do Jovem Senador é apontar os canais da participação política, mostrando como o cidadão pode inteirar-se da política no seu município e no seu estado e de que forma essa atuação pode influenciar os destinos da comunidade e do país.

Para trabalhar o tema de 2016 — “Esporte: educação e inclusão” —, os alunos já começaram a pesquisar e, segundo o professor, querem iniciar logo a produção das redações. A iniciativa, disse, conta com o apoio da direção do colégio.



Pacheco, professor em Brasília, orientou aluno vencedor de concurso de redação

Grazielle Corrêa de Oliveira/Senado Federal

Projeto Jovem Senador 2016

- Site: senado.gov.br/jovemseador
- E-mail: jovemseador@senado.gov.br
- Playlist Jovem Senador: <http://goo.gl/rNVh50> (YouTube da TV Senado)
- Alô Senado: 0800 612211
- Telefone: (61) 3303-5960 / 3303-2995

Novo Código de Processo Civil já está valendo

Mudanças buscam maior agilidade da Justiça ao incentivar o consenso e desestimular os recursos. Iniciativa do Senado, atualização substitui normas editadas em 1973

ENTRA HOJE EM vigor o novo Código de Processo Civil (CPC), que promete agilizar as decisões judiciais por meio de medidas como o estímulo ao acordo entre as partes e a limitação no número de recursos (veja quadro).

As inovações podem reduzir até a metade a duração dos processos, segundo o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, que presidiu a comissão de juristas criada em 2009 pelo Senado para contribuir com a atualização do código.

Estudos indicam que o período processual no Brasil leva, em média, dois a oito anos, mas pode superar uma década em questões mais complexas.

O CPC regula a tramitação das ações judiciais da maioria dos ramos do direito. Inclui o direito civil, o tributário, o comercial, o previdenciário e questões relacionadas à família, ao consumo e aos servidores públicos, entre outras. Trata dos interesses dos indivíduos desde antes do nascimento e até mesmo depois da morte, por meio dos sucessores.

Sancionada em março do ano passado, a Lei 13.105/2015, que trata do novo CPC, abriu um período de 12 meses para que o sistema judiciário se adequasse às novas regras. Advogados, promotores e defensores públicos também



Juristas e senadores no Plenário, na sessão extraordinária que concluiu a votação do novo código, em dezembro de 2014

precisaram desse tempo para se adaptar.

— Com o novo código, teremos procedimentos descomplicados e Justiça mais célere, com claros ganhos para o cidadão brasileiro — comentou o presidente do Senado, Renan Calheiros, à época da sanção.

Ajustes

A atualização das normas que, desde 1973, regulavam o processo civil, começou a se tornar realidade em 2009, quando o então presidente do Senado, José Sarney, criou uma comissão de juristas encarregada de analisar o tema (leia mais no texto ao lado).

A proposta, que tramitou no Congresso durante cinco

anos, recebeu sete vetos da Presidência da República ao ser sancionada em 2015. Um deles removeu artigo que possibilitava a conversão de uma ação individual em coletiva. Todos os vetos foram mantidos pelo Congresso em setembro.

Em dezembro, o Senado aprovou um projeto de lei (PLC 168/2015) que promoveu outras mudanças no texto original do novo código. Entre os ajustes, a proposta retirou do CPC a obrigatoriedade de que as ações judiciais fossem julgadas obedecendo a uma ordem cronológica.

A regra introduzida pelo novo código havia recebido críticas de juízes, que alegavam que ficariam “engessa-

dos” ao serem impedidos de dar decisões em sentenças de acordo com as circunstâncias específicas de cada processo.

Apesar dos ajustes, a maior parte do texto do novo CPC foi preservada. A íntegra está disponível na Livraria Virtual do Senado gratuitamente (veja link abaixo).

Até o início do mês, o novo código já era o título mais baixado na livraria, com mais de 37 mil downloads. Bem acima de outras publicações, como a Constituição federal, que tem cerca de 20 mil.

Íntegra do novo CPC: <http://bit.ly/CodigoProcessoCivil>
 Vídeo sobre mudanças: <http://bit.ly/mudancasCPC>

Proposta recebeu sugestões feitas pela sociedade

O novo CPC é o primeiro na história do Brasil a ser editado durante o regime democrático.

A primeira reunião de normas sobre o assunto ocorreu no Império, em 1876, com a Consolidação das Leis do Processo Civil. Depois, vieram os códigos elaborados no Estado Novo, em 1939, e na ditadura militar, em 1973.

Em 2009, o então presidente do Senado, José Sarney, criou uma comissão de juristas para elaborar um anteprojeto atualizando o código.

— Chegara o momento de reformas mais profundas há muito reclamadas pela sociedade e especialmente pelos agentes do direito, magistrados e advogados — disse Sarney em 2009.

Mais de mil sugestões foram apresentadas pela sociedade. A proposta foi convertida em projeto de lei em 2010 e passou por análise do Senado e da Câmara. A aprovação final pelos senadores se deu em dezembro de 2014.

Inovações buscam limitar recursos e favorecer acordos



Conciliação e mediação

Os tribunais serão obrigados a criar centros para audiências de mediação e conciliação, buscando incentivar a solução consensual dos conflitos. A audiência poderá se desdobrar em várias sessões. O juiz poderá fazer nova tentativa de conciliação durante a instrução.



Prazos processuais

A contagem dos prazos será feita apenas em dias úteis e também ficará suspensa por um mês, a partir do fim de cada ano. Essa era uma antiga demanda dos advogados, que agora poderão contar com período de férias sem o risco de perder prazos. Os prazos para recurso, antes variados, serão agora de 15 dias. Somente os embargos de declaração terão prazo de 5 dias.



Demandas repetitivas

Uma nova ferramenta permitirá a aplicação da mesma decisão a milhares de ações iguais, caso de demandas previdenciárias ou contra planos de saúde, operadoras de telefonia e bancos, entre outras. As ações ficarão paralisadas na primeira instância até que o tribunal julgue o chamado incidente de resolução de demandas repetitivas, mandando aplicar a decisão a todos os casos idênticos.



Atos processuais

O juiz e as partes poderão entrar em acordo em relação a certos atos e procedimentos processuais e alterar diferentes aspectos do trâmite do processo para facilitar o andamento. Por exemplo, definir calendário para cumprir medidas destinadas a instruir o processo ou a responsabilidade pelo pagamento de perícia que deve produzir prova.



Limite aos recursos

Para evitar que continuem sendo instrumentos para retardar o fim dos processos, com o propósito de postergar pagamentos ou outras obrigações, o novo CPC extingue dois atuais recursos: embargos infringentes e agravo retido. Também delimita as hipóteses de admissão do agravo de instrumento, cabível contra decisões do juiz sobre questões que podem influenciar o direito das partes, mas que não encerram o processo.



Ações de família

Processos de divórcio, guarda de filhos, pensão e paternidade, entre outros, terão rito especial. O objetivo é favorecer solução consensual com o auxílio de um mediador imparcial, durante audiência de conciliação, em tantas sessões quantas forem necessárias. O juiz poderá chamar outros profissionais — psicólogos, por exemplo — para ajudar na solução de casos mais conflituosos. Devedor de pensão poderá ter o nome negativado (veja item Devedor) e ir para a cadeia. Porém, deve ficar separado de outros presos.



Respeito à jurisprudência

Os juízes e tribunais serão obrigados a respeitar julgamentos do STF e do STJ. O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar a jurisprudência desses tribunais, independentemente de citar o réu para que se defenda.



Multas

As multas estão sendo reforçadas contra o abuso de recorrer e o uso de meios escusos com o objetivo de vencer a causa. Nessas hipóteses, hoje os valores estão limitados a 1% sobre o valor da causa. Com o novo CPC, o percentual será superior a 1%, podendo chegar a 10%, e agora sobre o valor corrigido da causa.



Honorários advocatícios

Os honorários devidos aos advogados pela parte vencida (sucumbência) passam a ser pagos também na fase de recursos. É medida que compensa o profissional pelo trabalho adicional que precisou fazer, mas que deve ainda ajudar a desestimular recursos protelatórios. Também foi estabelecida tabela para causas vencidas contra entes da administração pública, em resposta a queixas de que os juízes estipulavam valores iníquos. Como já acontece em alguns estados e municípios, os advogados públicos terão direito, além da remuneração do cargo, a ganhar sucumbência nas causas que vencerem. Forma e limites deverão ser regulamentados em lei específica ainda a ser elaborada.



Devedor

Nos casos que envolvam pagamento de valores, o condenado que deixar de cumprir sentença poderá ter o nome negativado, mediante inclusão em cadastro de devedores.



Personalidade jurídica

O novo código definirá procedimentos para a desconsideração da personalidade jurídica das sociedades, medida que pode ser adotada em casos de abusos e fraudes. Assim, os administradores e sócios respondem com seus bens pelos prejuízos. Hoje os juízes se valem de orientações jurisprudenciais ainda consideradas incompletas.



Amicus curiae

Foi regulamentada a atuação do *amicus curiae* (em português, o amigo da corte) em causas controversas e relevantes. Trata-se de pessoa, órgão ou entidade que detenha conhecimento ou representatividade na discussão de um tema, que poderá ser chamada a colaborar com sua experiência no debate de uma questão em análise na Justiça.